

POLÍCIA FEDERAL

**Técnico em Assuntos Educacionais –
Área: Pedagogia**

NV-025AB-25-PF-TECNICO-EDUCAC



SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	11
■ TIPOLOGIA TEXTUAL	13
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL E EMPREGO DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA	17
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	19
Colocação dos Pronomes Átonos	29
EMPREGO/CORRELAÇÃO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	30
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	40
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	40
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO	44
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	50
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	51
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL	53
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	55
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	61
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	63
■ CORRESPONDÊNCIA OFICIAL (CONFORME MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)	65
ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM AO TIPO DE DOCUMENTO E ADEQUAÇÃO DO FORMATO DO TEXTO AO GÊNERO	65
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	109
■ REDAÇÃO DISCURSIVA	109
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	137
■ ESTRUTURAS LÓGICAS	137
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO	138
ANALOGIAS	138

INFERÊNCIAS.....	138
DEDUÇÕES	138
CONCLUSÕES	139
■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL).....	139
PROPOSIÇÕES SIMPLES	139
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	140
TABELAS-VERDADE	142
■ EQUIVALÊNCIAS	144
LEIS DE MORGAN	149
■ DIAGRAMAS LÓGICOS E LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM.....	154
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE	155
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	165
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	173
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	207
■ ÉTICA E MORAL	207
■ ÉTICA, PRINCÍPIOS E VALORES	208
■ ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA.....	210
■ ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA.....	212
■ CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO PÚBLICO (DECRETO Nº 1.171/1994)	214
■ LEI Nº 8.112/1990 E ALTERAÇÕES (REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO): REGIME DISCIPLINAR (DEVERES E PROIBIÇÕES, ACUMULAÇÃO, RESPONSABILIDADES, PENALIDADES)	227
■ LEI Nº 8.429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).....	227
■ LEI DE CONFLITO DE INTERESSES – LCI (LEI Nº 12.813/2013).....	243
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	249
■ NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS)	249
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS	249

■ EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES (AMBIENTE MICROSOFT OFFICE).....	261
■ REDES DE COMPUTADORES.....	283
CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET	283
PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO (MICROSOFT EDGE, MOZILLA FIREFOX, GOOGLE CHROME E SIMILARES).....	284
SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET.....	286
REDES SOCIAIS.....	287
■ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA.....	288
ARMAZENAMENTO DE DADOS NA NUVEM (CLOUD STORAGE) E COMPUTAÇÃO NA NUVEM (CLOUD COMPUTING)	293
NOÇÕES DE VÍRUS, WORMS E PRAGAS VIRTUAIS.....	297
APLICATIVOS PARA SEGURANÇA (ANTIVÍRUS, FIREWALL, ANTI-SPYWARE ETC.)	305
■ PROCEDIMENTOS DE BACKUP.....	310
DIREITO CONSTITUCIONAL	317
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	317
CONCEITO	317
CLASSIFICAÇÕES.....	319
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	320
■ CAPÍTULO III SEGURANÇA PÚBLICA: ARTIGO 144.....	323
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	326
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	327
DIREITOS SOCIAIS.....	347
NACIONALIDADE	354
CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS	356
PARTIDOS POLÍTICOS.....	359
■ ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	363
UNIÃO	363
ESTADOS.....	366
MUNICÍPIOS.....	367
DISTRITO FEDERAL	368

TERRITÓRIOS.....	369
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	369
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	369
SERVIDORES PÚBLICOS	380
■ PODER EXECUTIVO	384
ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DOS MINISTROS DE ESTADO	384
■ FINANÇAS PÚBLICAS.....	385
NORMAS GERAIS.....	385
ORÇAMENTOS	386
■ ORDEM SOCIAL	395
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	395
PREVIDÊNCIA SOCIAL	396
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	401
■ FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO.....	401
RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	405
■ DIMENSÕES FILOSÓFICA, SOCIOCULTURAL E PEDAGÓGICA	407
■ BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	409
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.....	409
LDB (LEI N. ° 9.394/1996)	413
■ PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL	441
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA, DIMENSÕES E EIXOS NORTEADORES.....	443
■ PAPEL E PROCESSO DE PLANEJAMENTO	444
■ LEGISLAÇÃO APLICADA À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	446
■ PLANEJAMENTO DE ENSINO EM SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	447
ETAPAS.....	447
TIPOS DE PLANOS.....	447
OBJETIVOS E CONTEÚDOS DE ENSINO.....	448
■ PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	448

CONCEPÇÃO	448
CONSTRUÇÃO.....	448
ACOMPANHAMENTO	449
AVALIAÇÃO	449
■ COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO GRUPAL NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO	449
■ A AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	451
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	451
TIPOS DE AVALIAÇÃO.....	451
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	452
■ EDUCAÇÃO CORPORATIVA E ESCOLAS DE GOVERNO	452
ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ÂMBITO CORPORATIVO.....	455
■ ATRIBUIÇÕES DAS ESCOLAS DE GOVERNO	456
■ TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	458
■ TRILHAS DE APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	459
■ COMPETÊNCIAS	460
CONHECIMENTOS	460
HABILIDADES.....	460
ATITUDES	461
■ CURRÍCULO.....	461
■ CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	463
■ A AÇÃO PEDAGÓGICA E O TRABALHO COM PROJETOS	464
■ DESIGN THINKING NA EDUCAÇÃO	465
■ GAMIFICAÇÃO.....	465
■ MÍDIAS PARA EDUCAÇÃO.....	466
■ TECNOLOGIAS MEDIADORAS DA EDUCAÇÃO	467
■ AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM.....	468
APRENDIZAGEM COM TECNOLOGIAS DIGITAIS	468
NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO E PLATAFORMAS DE APRENDIZAGEM VIRTUAIS.....	469
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	469

■ PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	470
■ TEORIA DE APRENDIZAGEM	471
BASES PSICOLÓGICAS DA APRENDIZAGEM	472
APRENDIZAGEM DE ADULTOS (ANDRAGOGIA).....	482
■ RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO.....	482
■ MODELAGEM DE TRILHAS E CURADORIA DE CONHECIMENTO	485
■ METODOLOGIA DE PROJETOS EDUCACIONAIS NA MODALIDADE PRESENCIAL E A DISTÂNCIA.....	486
■ HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: ORIGEM E EVOLUÇÃO	489
■ TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E SUAS RELAÇÕES COM AS TEORIAS DA APRENDIZAGEM....	490

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CONCEITOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

A educação é uma prática social e cultural fundamental para o desenvolvimento humano, sendo vista como o processo de transmissão de conhecimentos, valores e habilidades de uma geração para outra. Os fundamentos da educação baseiam-se em diversas disciplinas, como filosofia, psicologia, sociologia e antropologia, cada uma oferecendo perspectivas diferentes sobre o papel e a finalidade da educação.

No contexto ocidental contemporâneo, a educação é frequentemente concebida sob duas vertentes principais: a educação como um meio de reprodução social e cultural e a educação como um mecanismo de transformação social. A primeira vertente, defendida por autores como Émile Durkheim, vê a educação como um processo essencial para a manutenção da coesão social e a perpetuação da cultura dominante.

A segunda vertente, associada a pensadores como Paulo Freire, considera a educação uma ferramenta de emancipação, capaz de promover mudanças sociais significativas ao questionar e transformar as estruturas de poder existentes.

CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

As concepções pedagógicas representam as diferentes abordagens teóricas e práticas da educação, refletindo as visões de mundo, valores e objetivos educacionais de diferentes épocas e contextos socio-culturais. Entre as principais concepções pedagógicas na sociedade ocidental contemporânea, destacam-se algumas que serão abordadas a seguir.

Pedagogia Tradicional

A pedagogia tradicional, influenciada por pensadores como Johann Friedrich Herbart, é caracterizada pela ênfase na transmissão de conhecimentos e conteúdos previamente estabelecidos. Esta abordagem considera o professor como a principal fonte de conhecimento e o aluno como um receptor passivo. O foco está no desenvolvimento intelectual por meio da memorização e repetição, com pouco espaço para questionamentos ou para a construção ativa do saber.

Pedagogia Progressista

A pedagogia progressista, defendida por educadores como John Dewey, propõe uma educação centrada no aluno e na experiência prática. Nessa concepção, o aprendizado é visto como um processo ativo, em que o estudante é incentivado a explorar, questionar e participar da construção do conhecimento. A escola

é entendida como um espaço democrático, onde se desenvolvem habilidades críticas e colaborativas, preparando os alunos para a vida em sociedade.

Pedagogia Crítica

A pedagogia crítica, amplamente associada a Paulo Freire, é uma concepção que busca conscientizar os indivíduos sobre as desigualdades e injustiças sociais, utilizando a educação como um instrumento de transformação social. Através do diálogo e da problematização, essa abordagem incentiva os alunos a questionarem as estruturas opressivas e a agirem para mudar a realidade em que vivem.

Pedagogia Tecnológica

A pedagogia tecnológica surge no contexto da sociedade contemporânea, marcada pelo avanço tecnológico e pela digitalização. Essa concepção valoriza o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no processo educativo, promovendo métodos de ensino mais interativos e personalizados. A aprendizagem por meio de plataformas digitais, o uso de inteligência artificial e a educação a distância são características dessa abordagem, que busca adaptar a educação às novas demandas da sociedade globalizada.

FINS DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

Os fins da educação na sociedade ocidental contemporânea podem ser analisados sob diferentes perspectivas, mas, em geral, estão relacionados ao desenvolvimento integral do ser humano, à preparação para o mercado de trabalho e à formação de cidadãos críticos e participativos.

Desenvolvimento Integral

A educação visa promover o desenvolvimento integral dos indivíduos, considerando suas dimensões cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Nesse sentido, a escola não apenas transmite conhecimentos acadêmicos, mas também contribui para a formação de valores, atitudes e habilidades que permitem aos alunos se tornarem seres humanos completos e realizados.

Preparação para o Mercado de Trabalho

Na sociedade contemporânea, a educação também é vista como um meio de preparação para o mercado de trabalho. A formação de competências técnicas e profissionais que respondam às demandas do mercado é uma das funções centrais do sistema educacional, especialmente no contexto da economia globalizada e da crescente competitividade.

No entanto, essa função não deve se limitar à preparação técnica, mas também incluir o desenvolvimento de capacidades críticas e criativas, fundamentais para a inovação e o progresso social.

Formação de Cidadãos Críticos e Participativos

Outro fim essencial da educação é a formação de cidadãos capazes de participar ativamente na vida democrática. Isso implica não apenas o ensino de conhecimentos sobre direitos e deveres, mas também a promoção de uma consciência crítica em relação às questões sociais, políticas e ambientais. A educação, nesse sentido, é de suma importância na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

Na sociedade ocidental contemporânea, a educação desempenha um papel multifacetado e central para o desenvolvimento social, econômico e cultural. Ela é considerada uma ferramenta essencial para a promoção da igualdade de oportunidades, para o combate à pobreza e à exclusão social e para o fortalecimento da democracia.

Educação e Igualdade de Oportunidades

A educação é frequentemente vista como o principal meio para promover a igualdade de oportunidades, oferecendo a todos os indivíduos, independentemente de sua origem social, a chance de desenvolver suas potencialidades e alcançar uma vida melhor. Políticas de inclusão e de acesso universal à educação básica, seguidas de oportunidades de ensino superior, são fundamentais para a redução das desigualdades e a construção de uma sociedade mais equitativa.

Educação e Cidadania Global

Em um mundo cada vez mais interconectado, a educação assume o papel de formar cidadãos globais, capazes de compreender e enfrentar desafios globais como as mudanças climáticas, a migração e as desigualdades econômicas. A educação para a cidadania global promove valores como a solidariedade, a responsabilidade social e a sustentabilidade, preparando os indivíduos para a atuação em um cenário internacional complexo e dinâmico.

Educação e Inovação Social

A educação é, também, uma força motriz para a inovação social, capacitando os indivíduos a desenvolverem soluções criativas para os problemas contemporâneos. Instituições educacionais que incentivam o pensamento crítico, a pesquisa e o empreendedorismo social contribuem significativamente para o avanço da sociedade, promovendo mudanças positivas e sustentáveis.

Educação e Desenvolvimento Econômico

A educação é amplamente reconhecida como um dos principais motores do desenvolvimento econômico. Em sociedades ocidentais, onde a economia do conhecimento se tornou central, a qualificação da mão de obra é essencial para o crescimento e a competitividade. A educação, nesse contexto, não apenas prepara indivíduos para empregos existentes, mas também para a criação de novas indústrias e serviços, estimulando a inovação e a adaptação às mudanças tecnológicas.

Investir em educação significa também investir na capacidade de uma nação para responder aos desafios econômicos globais. Países com sistemas educacionais robustos tendem a apresentar maiores taxas de inovação, maior produtividade e, conseqüentemente, melhores índices de desenvolvimento humano. Além disso, a educação superior e a formação contínua desempenham um papel crítico na preparação de profissionais para setores emergentes, como a tecnologia da informação, energias renováveis e biotecnologia.

Educação e Transformação Social

Outra função importante da educação na sociedade ocidental contemporânea é seu potencial de transformação social. Ao fornecer conhecimento, habilidades e valores, a educação pode ser uma ferramenta poderosa para promover a justiça social, reduzir desigualdades e construir uma sociedade mais inclusiva.

A educação inclusiva, por exemplo, visa garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas condições socioeconômicas, culturais ou de deficiência, tenham acesso igualitário à aprendizagem. Isso reflete uma compreensão ampliada do papel da educação, que vai além do mero acesso ao conhecimento para incluir a formação de uma sociedade justa, em que todos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Além disso, a educação crítica, conforme discutido por Paulo Freire, é uma forma de transformar a realidade social ao promover a conscientização dos indivíduos sobre sua condição social e incentivá-los a agir para mudar essa realidade. A educação, assim, torna-se um meio de empoderamento, permitindo que as pessoas compreendam e combatam as desigualdades e injustiças em suas vidas e em suas comunidades.

Educação e Cultura

A educação também desempenha um papel central na preservação e promoção da cultura. Ela é o meio pelo qual as tradições, valores e conhecimentos de uma sociedade são transmitidos às novas gerações. Na sociedade ocidental contemporânea, a educação promove a valorização da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que busca um equilíbrio entre a preservação de identidades culturais e a integração em uma cultura global compartilhada.

Programas educacionais que incorporam a educação multicultural reconhecem e valorizam as diferentes culturas dentro de uma sociedade, promovendo o respeito e a compreensão entre grupos diversos. Isso é particularmente importante em sociedades pluralistas, nas quais a educação deve servir como um ponto de encontro para diferentes culturas, facilitando o diálogo e a coesão social.

Além disso, a educação em artes e humanidades tem um papel vital na formação do senso crítico e estético dos indivíduos, permitindo uma maior apreciação das diferentes formas de expressão cultural e artística. Essa educação contribui para o desenvolvimento de uma identidade cultural consciente e para a manutenção do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que prepara os indivíduos para a vida em um mundo multicultural.

A educação na sociedade ocidental contemporânea é multifacetada e exerce um impacto profundo em diversas áreas da vida social, econômica e cultural.

Suas concepções pedagógicas variam conforme o contexto histórico e cultural, mas todas elas partilham o objetivo comum de formar indivíduos capazes de contribuir para o desenvolvimento social e econômico, ao mesmo tempo em que promovem a justiça e a inclusão social.

Os fundamentos da educação ancoram-se na filosofia, sociologia, psicologia e antropologia, oferecendo diferentes perspectivas sobre como a educação deve ser conduzida e quais são seus fins últimos. Na contemporaneidade, a educação não é apenas um direito humano fundamental, mas também um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável.

Assim, ao considerarmos os conceitos e as concepções pedagógicas, é vital reconhecer a educação como um processo dinâmico, que deve se adaptar às necessidades de uma sociedade em constante mudança, sem perder de vista seus objetivos de promover o desenvolvimento integral do ser humano e a transformação social.

ASPECTOS BIOLÓGICOS E ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS

No que concerne aos fundamentos da educação, há de se considerar os aspectos biológicos e antropológicos como elementos que engendram essa área do conhecimento.

Nesse sentido, tornam-se importantes as análises sobre o que é ser docente e o que considerar nos processos de ensino e aprendizagem. A autora Fanny Abramovich, pedagoga, escritora e jornalista, desenvolve importantes considerações a respeito deste desafio. Em seu livro *Que raio de professora sou eu?* (1990), a autora argumenta acerca das características fundamentais para ser um “bom professor”. Nas palavras da autora:

[...] sei que ela ainda vai ser uma boa professora. Boa mesmo, pra valer. Ela está crescendo – aos 33 anos – e vai crescer mais! Como mulher, como pessoa, como aprendiz, como ensinante. Tem tudo para ser legal e levar uma vida legal. Confio nela. Enquanto ela se pergunta: “Que raio de professora sou eu?”, enquanto tiver dúvidas, ela tem tudo pra entrar numa sala e dar uma grande aula. (Abramovich apud Pedroso, 2018, p. 234)

Nesse viés, Pedroso (2018) ressalta que a autora compreende como um “bom professor”:

[...] aquela que não se acomoda, não se dá por completamente formado, sempre busca aprender mais, se questiona e imagina novas formas de se realizar tanto profissional quanto pessoalmente. (Pedroso, 2018, p. 234)

Portanto, trata-se de uma compreensão que se aproxima da ideia de “professor reflexivo”, elucidada pela pedagoga portuguesa Fátima Braga, em que este profissional é caracterizado como um:

[...] professor flexível, aberto à mudança, capaz de analisar o seu ensino, crítico consigo mesmo, com um amplo domínio de destrezas cognitivas e relacionais [...] fazendo dele alguém que constantemente constrói, elabora e comprova suas teorias. (Braga, 2001, p. 25 apud Pedoró, 2018, p. 234)

Assim sendo, a criticidade é uma característica essencial do professor educador, que também deve ser um profissional em constante aprendizagem, construindo e aprimorando os processos de ensino em sua prática diária.

Partindo desse princípio, torna-se importante a compreensão de aspectos antropológicos, como, por exemplo, o que Laraia (1986) explicita sobre o conceito de cultura. Nas palavras do autor:

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura (Laraia, 1986)

Nesse quesito, existem as diferenças de culturas e de grupos que se diferenciam pela maneira como veem o mundo. Dito isso, a respeito das diferenças culturais, Laraia (1986) pontua o seguinte:

Podemos entender o fato de que indivíduos de culturas diferentes podem ser facilmente identificados por uma série de características, tais como o modo de agir, vestir, caminhar, comer, sem mencionar a evidência das diferenças linguísticas, o fato de mais imediata observação empírica. (Laraia, 1986)

Partindo desse delineamento, evidencia-se a importância de os docentes considerarem tais fundamentos na construção de suas práticas pedagógicas. Além disso,

[...] o fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. (Laraia, 1986)

Isso implica que o elemento cultura é um aspecto antropológico que deve ser considerado nos fundamentos da educação.

Cumprido esclarecer que o termo “diferente”, segundo Louro (2011, p. 65) “supõe, sempre, alguma espécie de comparação”. Dito isso, no que se refere à prática docente, a autora explicita o seguinte:

Como educadora e educadores precisaríamos, pois, voltar nosso olhar para os processos históricos, políticos, econômicos, culturais que possibilitaram que uma determinada identidade fosse compreendida como a identidade legítima e não-problemática e as demais como diferentes ou desviantes. Há que se analisar também as formas como a escola tem lidado com essas questões. (Louro, 2011, p. 65)

Estes elementos são fundamentais nas problematizações sobre como a escola tem lidado com estas diferenças, assim como nas discussões acerca da profissão docente.

É interessante observar o argumento de Laraia (1986) de que “a cultura interfere no plano biológico”, de modo que “a cultura interfere na satisfação das necessidades fisiológicas básicas” (Laraia, 1986).

Esse argumento é relacionado, entre outros, às doenças psicossomáticas, ao passo que “estas são fortemente influenciadas pelos padrões culturais” (Laraia, 1986). O autor exemplifica este fato assinalando que, nas sociedades, há crenças de doenças que retratam

regiões do corpo, embora as pessoas desconheçam a localização de alguns órgãos. Além disso, acredita-se também em curas de doenças reais ou imaginárias porque “estas curas ocorrem quando existe a fé do doente na eficácia do remédio ou no poder dos agentes culturais” (Laraia, 1986).

Estas explicitações remetem a aspectos antropológicos que retratam os diferentes modos de ser e viver, elementos fundamentais para a educação.

Ao considerar esses desdobramentos, Laraia (1986) pontua que “a participação do indivíduo em sua cultura é sempre limitada”. No entanto, há de se considerar que

[...] o importante, porém, é que deve existir um mínimo de participação do indivíduo na pauta do conhecimento da cultura a fim de permitir a sua articulação com os demais membros da sociedade. (Laraia, 1986)

Dito isso, considera-se que todas as pessoas, independentemente de sua cultura, são participantes e constituintes das sociedades. Tal articulação é fundamental tanto no âmbito social como educacional, e, nesse sentido, os docentes necessitam estar atentos para estes aspectos antropológicos e biológicos, visto que “todo sistema cultural tem sua própria lógica” (Laraia, 1986).

Nessa direção, Laraia (1986) assinala o seguinte:

Que todas as sociedades humanas dispõem de um sistema de classificação para o mundo natural parece não haver mais dúvida, mas é importante reafirmar que esses sistemas divergem entre si porque a natureza não tem meios de determinar ao homem um só tipo taxionômico.

Isso quer dizer que não pode haver uma classificação taxionômica, ou seja, uma classificação de nível de pensamento e de ordem de aprendizagem. Estes são aspectos que elucidam o argumento de Laraia (1986) de que a cultura é dinâmica.

Tal compreensão representa

[...] que cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos (Laraia, 1986)

Nesse quesito, os aspectos antropológicos e biológicos dos fundamentos da educação constituem-se como essenciais para a realização de um ensino que tenha como objetivo a aprendizagem de todas as pessoas.

Nesse panorama, tem-se a problemática dos “sistemas nacionais de ensino”, tal como apresentado por Maria Helena Souza Patto (1999). A respeito do processo de ensino em articulação a políticas educacionais, a autora sinaliza o seguinte:

A crença generalizada de que chegara o momento de uma vida social igualitária e justa era o cimento ideológico que unia forças e punha em relevo a necessidade de instituir mecanismos sociais que garantissem a transformação dos súditos em cidadãos. (Patto, 1999, p. 41-42)

Portanto, instituíram-se deveres e direitos para a população, nesse sentido,

[...] a escola universal, obrigatória, comum – e, para muitos, leiga – será também o meio de obter a grande unidade nacional, será o cadinho onde se fundirão as diferenças de credo e de raça, de classe e de origem. (Zanotti, 1972, p. 21 *apud* Patto, 1999, p. 42)

Nesse cenário, Patto (1999) elucida que:

É certo que o desejo de ascensão social fazia parte deste sonho igualitário e libertário. As vias que ofereciam aos pobres alguma possibilidade de se aproximarem de alguma forma dos ricos eram as que traziam prestígio, mas não riqueza: o sacerdócio, o magistério e a burocracia. (Patto, 1999, p. 44)

Assim sendo, a escola não representava efetivamente um caráter de ascensão, já que, na realidade, isso se mantinha restrito ao âmbito das políticas educacionais. Patto (1999, p. 46) pontua que:

É somente nos países capitalistas liberais, estáveis e prósperos, que, a partir de 1848, a escola adquire significados diferentes para diferentes grupos e segmentos de classes, em função do lugar que ocupam nas relações sociais de produção. Neles, a escola é valorizada como instrumento real de ascensão e de prestígio social pelas classes médias e pelas elites emergentes.

Trata-se de um contexto em que:

Os sistemas de ensino não são, portanto, uma realidade durante os setenta primeiros anos do século passado. Embora os números referentes aos vários tipos de escola revelam um inegável progresso, é preciso lembrar que este aumento foi sensível nos níveis secundário e superior. (Patto, 1999, p. 46)

Nesse contexto de conflitos, propõe-se, como fundamentos da política educacional, “rever os princípios e as práticas da educação, a fim de fazer da escola uma instituição a serviço da paz e da democracia”, como elabora Zanotti (1972 *apud* Patto, 1999, p. 48).

Nessa conjuntura, Patto (1999, p. 48) propõe o seguinte:

A pedagogia da imposição deveria se opor uma pedagogia calcada nos conhecimentos acumulados pela psicologia nascente a respeito da natureza do desenvolvimento infantil que substituísse o verbalismo do professor pela participação ativa do aluno no processo de aprendizagem.

Esses argumentos explicitam os fundamentos da educação no que implica os processos de ensino. Cumpre esclarecer que tais apontamentos indicam o contexto histórico e a maneira como se deu o desenvolvimento do ensino quanto às políticas educacionais. Considera-se, então, que:

À psicologia científica coube buscar a explicação e a mensuração das diferenças individuais. É neste sentido que a análise desta ciência, enquanto expressão cultural da nova ordem social que emerge do mundo feudal, torna-se fundamental

à compreensão da natureza da pesquisa e do discurso educacionais sobre a reprovação escolar que vigoram nos países capitalistas desde o final do século passado. (Patto, 1999, p. 48)

Tais apontamentos retratam aspectos do fracasso escolar, como elucida Patto (1999), sinalizam a complexidade e a necessidade de compreensão dos fundamentos da educação para que a relação ensino/cotidiano escolar não perpetue uma lógica que contraponha o que as políticas educacionais instituem sobre a finalidade da escola como instituição a serviço da democracia.

Além disso, ressalta-se que “[...] a forma como se origina e evolui uma cultura define bem a evolução do processo educativo” (Romanelli, 1991, p. 19). Nesse quesito, a autora ainda indica que

[...] temos para nós que a cultura é muito mais do que aquilo que a escola transmite e até muito mais do que aquilo que as sociedades determinam como valores a serem preservados através da educação. (p. 20)

I RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

As autoras Bandeira e Dantas (2017) destacam que a educação como a conhecemos hoje é fruto de muito esforço para responder às necessidades do homem em busca de autoconhecimento e de compreensão do mundo que o cerca. Esta constante busca é inerente a sua natureza que, desde o princípio, procurou transferir aos mais jovens a cultura e o modo de organização de um determinado povo ou civilização. A intuição foi uma das primeiras formas com a qual se exerceu o ato de educar, e os gregos foram os precursores, com traços de uma ausência de reflexão sobre os seus propósitos e apoiando-se nas qualidades individuais dos mestres formadores (MARTINS, 2011).

Para as autoras, não se trata de negar ou desvalorizar o legado deixado pelas civilizações gregas que serviram de modelo para a organização social e educativa do mundo ocidental, mas de destacar que a preocupação com a estruturação de uma Pedagogia que buscasse, de forma mais sistemática e reflexiva, responder aos questionamentos cotidianos se deu bem mais a frente, primeiramente com Comenius e sua racionalidade filosófica no século XVII, depois, Herbat ampliou a ideia na sua obra “Pedagogia Geral” aproximando a Psicologia e a Filosofia à Pedagogia (MARTINS, 2011).

A partir do século XX, o conhecimento pedagógico é fundamentado sob a ótica do saber científico orientado pelo positivismo de Augusto Comte e, ao longo dos anos até a atualidade, esse conhecimento foi debatido, construído e reconstruído por diversos enfoques nas teorias científicas, inspirando as várias tendências e modelos didáticos no contexto escolar, constituindo, assim, os diferentes olhares para a Pedagogia (BANDEIRA; DANTAS, 2017).

Todo o processo de construção e reconstrução da educação foi e ainda é importante para a organização social do homem, uma vez que, conforme as situações cotidianas demandavam soluções, a educação se desenvolvia e tentava responder os questionamentos da humanidade (INFOESCOLA, 2017).

Eis que surge a questão: **é correto afirmar que a organização social define os propósitos educacionais de cada época, relacionando o desenvolvimento de uma determinada sociedade aos saberes transmitidos e elaborados por sua população?**

As autoras defendem que sim, pois, de acordo com Scaff (2013), com o advento da Revolução Industrial — marcado pelo êxodo rural e uma crescente urbanização —, a organização dos saberes, cada vez mais complexos e abundantes, demandou a sistematização e a expansão das instituições educacionais. Neste momento da história se estabelecem as duas classes sociais basilares do modo de produção capitalista: os burgueses, proprietários das fábricas e detentores do poder econômico, e os trabalhadores, que já não eram mais sujeitos do próprio trabalho e precisavam vender sua mão de obra para sobreviver nas cidades.

A escola passa a ter uma função importante para a manutenção dessa crescente configuração social que culmina em duas escolas: uma para os filhos dos ricos (burgueses) e outra para os filhos dos pobres (trabalhadores). Percebe-se claramente que a educação, os saberes elaborados e acumulados historicamente pelo homem, não estavam acessíveis para todos. O interesse dos detentores do poder econômico era que a classe mais pobre recebesse menos instrução para conseguir desenvolver o trabalho nas fábricas e manter a condição de explorados (MENDES, 2013).

Galvão (2010) aponta que a concepção de educação está relacionada à concepção de sociedade, ou seja, cada época irá enunciar as suas finalidades, adotando determinada tendência pedagógica. Na história da educação brasileira, pode-se identificar diferentes concepções, tendo em vista os ideais da formação do homem para a sociedade de cada época.

As principais correntes pedagógicas diretamente ligadas à aquisição do conhecimento por meio dos currículos escolares, identificadas no Brasil são: a tradicional, a crítica e a pós-crítica. A concepção tradicional enfatiza o ensino e a aprendizagem de conteúdos a partir de uma metodologia rigorosamente planejada, com foco na eficiência.

A concepção crítica aborda questões ideológicas, colocando em pauta temas relacionados ao poder, a relações e classes sociais, ao capitalismo, à participação, entre outros, de forma a conscientizar o educando acerca das desigualdades e injustiças sociais. A partir do despertar da consciência crítica e participativa, o estudante poderá se emancipar e se libertar das opressões sociais e culturais, atuando no desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

A concepção pós-crítica tem como foco os temas relacionados à identidade, diferenças, alteridade, subjetividade, cultura, gênero, raça, etnia, multiculturalismo, saber e poder, de forma a acolher a diversidade do mundo contemporâneo. Busca o respeito, a tolerância e a convivência harmoniosa entre as diferentes culturas. A ideia principal é a de que, por meio da educação, o indivíduo acolha e respeite as diferenças e, assim, por meio de um conjunto de relações estabelecidas nas diferentes formas de se adquirir, transmitir e produzir conhecimentos, construa as bases da sociedade. Estão em debate questões filosóficas, de valores, histórico-sociais, econômicas, teóricas e pedagógicas que constituem o processo educativo.

Dica

O texto do III do art. 1º da Constituição Federal de 1988, aponta a educação como uma das alternativas para a formação da dignidade da pessoa humana, bem como na LDB nº 9.394, de 1996.